FECAP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Conselhos

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Conselho Curador:

Shigeaki Ueki - **Presidente**

Sílvio Álvares Penteado Neto - **Presidente Honorário**

Abram Abe Szajman - **Vice-Presidente**

Antônio Delfim Netto

Edson Ricardo Barbero

Kazuo Watanabe

Luíza Helena Trajano

Mauro de Salles Aguiar

Roberto Rodrigues

Wagner Mar

Conselho Fiscal:

Eduardo Pocetti

Sergio Prado de Mello

Walter Arnaldo Andreoli

Conteúdo

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações do resultado 5

Demonstrações do resultado abrangente 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstração do valor adicionado 6

Notas explicativas às demonstrações contábeis ..... 7 a 14

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações contábeis 15

Relatório do parecer do conselho fiscal 15

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Expressos em milhares de reais)*

ATIVOS	Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reclassificado
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.534	2.748
Aplicações financeiras vinculadas	4 e 16c)	1.481	1.233
Anuidades a receber - líquidas	5	7.162	8.166
Outros créditos e valores		658	945
Despesas antecipadas		680	461
Precatório a receber	6	-	1.825
Total dos ativos circulantes		**17.515**	**15.378**
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	4 e 16c)	8.390	1.953
Anuidades a receber - líquidas	5	4.126	4.646
Depósitos judiciais	9	605	598
Imobilizado	7	34.362	36.186
Arrendamento Pinheiros	13	4.763	6.250
Intangível	7	510	637
Total dos ativos não circulantes		**52.756**	**50.270**
TOTAL DOS ATIVOS		**70.271**	**65.648**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTES			
Fornecedores		429	320
Impostos e contribuições a recolher	8	1.412	1.735
Arrendamento Pinheiros	13	1.008	877
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		1.841	1.952
Provisão para férias e encargos sociais		1.873	1.690
Outras contas a pagar		63	273
Total dos passivos circulantes		**6.626**	**6.847**
NÃO CIRCULANTES			
Provisão para riscos e processos judiciais	9	1.375	1.848
Provisão para riscos (imunidade tributária)	9	8.390	1.953
Arrendamento Pinheiros	13	4.421	5.729
Contratos Recebidos Antecipadamente		469	704
Total dos passivos não circulantes		14.655	10.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	10	45.771	45.771
Reserva de reavaliação	7 e 10	2.194	2.205
Superávit acumulado		1.025	591
Total do patrimônio líquido		**48.990**	**48.567**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**70.271**	**65.648**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras 2020

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

Demonstrações do Superávit (Déficit) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Colégio – FECAP		17.871	18.148
Centro Universitário FECAP - graduação		53.558	49.295
C. Universitário FECAP - pós-graduação		11.162	17.033
Centro Universitário FECAP - mestrado		3.398	4.079
Outras receitas de ensino		3.306	2261
Total da receita bruta		**89.295**	**90.816**
DEDUÇÕES			
Bolsas de estudos e devoluções de mensalidades	14	(28.098)	(23.650)
		-	-
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO		**61.197**	**67.166**
CUSTOS DA ATIVIDADE DE ENSINO	11		
Colégio – FECAP		(11.027)	(11.685)
Centro Universitário FECAP - graduação		(23.702)	(24.955)
C. Universitário FECAP - pós-graduação		(7.350)	(9.003)
Centro Universitário FECAP - mestrado		(3.724)	(4.576)
Outros custos de ensino		(2.943)	(3.039)
		-	-
SUPERÁVIT BRUTO		**12.452**	**13.908**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	11		
Gerais e administrativas		(10.613)	(13.295)
Propaganda e publicidade		(773)	(1.197)
Depreciações e amortizações		(2.046)	(2.073)
Receita de Locações		1.302	1.454
Outras receitas não operacionais		28	620
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**349**	**(483)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	12	543	548
Despesas financeiras	12	(470)	(477)
		-	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT)DO EXERCÍCIO		**423**	**(412)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Expressos em milhares de reais)*

	31/12/2020	31/12/2019
Superávit (Déficit) do Exercício	423	(412)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**423**	**(412)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		45.771	2.214	994	48.979
Déficit do exercício		-	-	(412)	(412)
Realização da reserva de reavaliação	10b)	-	(9)	9	-
		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		45.771	2.205	591	48.567
Superávit do exercício		-	-	423	423
Realização da reserva de reavaliação	10b)	-	(11)	11	-
		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**45.771**	**2.194**	**1.025**	**48.990**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) do exercício		**423**	**(412)**
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	11	2.046	2.073
Provisão para anuidades. de recebimento duvidoso	5	3.678	2.393
Custo residual do imobilizado baixado		10	5
Provisão para riscos e processos judiciais	9	607	425
Arrendamento Pinheiros		301	233
(Aumento) redução nos ativos e passivos			
Anuidades a receber		(2.154)	(6.351)
Outros créditos e valores		286	(290)
Despesas antecipadas		(219)	71
Depósitos judiciais		-	211
Precatório a receber	6	1.825	(427)
Arrendamento Pinheiros		8	(11)
Fornecedores		110	(251)
Impostos, encargos e contribuições a recolher		(323)	(814)
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		(290)	649
Pagamento de férias e encargos sociais		183	(147)
Pagamento de riscos e processos judiciais	9	5.349	1.455
Outras contas a pagar		(265)	162
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**11.576**	**(1.026)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	7	(105)	(695)
Aplicações financeiras vinculadas		(6.684)	(1.699)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(6.790)**	**(2.394)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**4.786**	**(3.420)**
Saldo no final do exercício	3	7.534	2.748
Saldo no início do exercício	3	2.748	6.168
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**4.786**	**(3.420)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS			
Anuidades e outras receitas de ensino		61.197	67.167
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso		1.849	1373
Outras receitas		1.330	1.454
		64.376	**69.994**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(9.353)	(9.719)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.317)	(8.017)
Baixas de ativos		(10)	(5)
		(16.681)	**(17.741)**
		-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		**47.695**	**52.253**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortizações	7	(2.046)	(2.073)
		-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		**45.649**	**50.180**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	12	543	548
		-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**46.192**	**50.728**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos	11	43.846	48.907
Impostos, taxas e contribuições	11	520	134
Encargos financeiros e aluguéis		1.404	2.099
Superávit (déficit) do exercício		423	(412)
		-	-
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		**46.192**	**50.728**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas.

A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim.

Em caso de extinção, seu patrimônio, ou o produto dele, será destinado à entidade congênere sem finalidade lucrativa, a qual deverá aplicá-lo, integralmente, na difusão do ensino do comércio e ciências afins, e a ele será ligado, indissoluvelmente, o nome do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. Na ausência de entidade congênere, o patrimônio será destinado ao Poder Público, exceto o imóvel do Largo de São Francisco, 19, que voltará, com todos os seus melhoramentos, benfeitorias e acréscimos, seja qual for a procedência, ao domínio dos doadores ou de quem, em qualquer tempo e em qualquer grau de relação jurídica, representar a sucessão do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado.

Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:

a) O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado.

b) O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido pelo CONSUNI.

c) O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

d) A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores.

e) As unidades de ensino FECAP-Colégio e Centro Universitário.

f) Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria. A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atributo do Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva.

g) As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores e autorizadas em 16 de março de 2021.

1.1 Imunidade Tributária.

Em 23 de setembro de 2019, a FECAP impetrou mandado de Segurança nr. 501745-76.2019.4.03.6100, com o objetivo de afastar ato que a obrigasse ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a sua folha de Pagamento e da contribuição ao PIS. Como a decisão liminar foi favorável, a FECAP deixou de recolher tais contribuições, mantendo o respectivo valor em contingenciamento, em conta corrente específica para tal finalidade.

A Fundação, a partir de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

1.2 Eventos importantes

(a) Ação Civil Pública

Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros do Conselho fiscal da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012.

Diante das conclusões do inquérito Civil, a Curadoria das Fundações e a FECAP ajuizaram Ação Civil Pública, que foi distribuída para o MM Juiz de Direito da 23º Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

A ação está em fase inicial de processamento, ainda sem decisão judicial de primeira instância sobre o mérito.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem fins lucrativos e demais pronunciamentos contábeis técnicos, quando aplicável.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Principais práticas contábeis

a) Uso de estimativas e julgamentos
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são:(a)provisão para créditos de liquidação duvidosa;(b)vida útil estimada do imobilizado;(c)crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (d)provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação,. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício.

d) Anuidades a receber e demais créditos
Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

e) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso
Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente.

f) Imobilizado e Intangível
Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº7, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados.

Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados.

Conforme o CPC27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos da mesma forma entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores. O procedimento de revisão das vidas úteis é efetuado anualmente.

A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível, não identificando a necessidade de registro contábil.

g) Ativos e passivos financeiros
Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

h) Anuidades recebidas antecipadamente
Representam valores recebidos relativos a mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

i) Provisão para riscos e processos judiciais
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Reconhecimento de receitas
A receita é reconhecida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Fundação reconhece a receita, quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. A Fundação atua na área educacional e calcula o reconhecimento da receita mensalmente, de acordo com a realização das aulas, ou seja, a medida em que os serviços são prestados. O preço de venda é determinado com base nos preços de tabela em que a Fundação vende os produtos em transações separadas. As receitas não incluem contraprestações variáveis, direitos de devolução ou garantias, abatimentos por antecipação e componente de financiamento. Ativos e passivos financeiros relacionados as operações são reconhecidos a medida em que atinjam as características de instrumentos financeiros estabelecidas no CPC 48.

k) Arrendamento

Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis e são depreciados linearmente, período de contrato.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Fundação usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança

no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
–		
Caixa e Bancos	493	276
Santander - DI Instituições (i)	2.039	1.171
Banco do Brasil	-	60
Conta Max Santander	493	730
Santander - CDB DI (ii)	4.509	511
Total	**7.534**	**2.748**

(i) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB., com remuneração de 85% a 100% do CDI (88% em 2019). A aplicação financeira apresenta liquidez com prazo inferior a 90 dias e insignificante risco de mudança de valor

(ii) São aplicações em fundos de investimento na forma de condomínio aberto, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundos referenciados DI com remuneração de 88,56% a 102,88%(92% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2020	31/12/2019
Santander - CDB DI (i)	1.481	1.233
Santander - DI Instituições (ii)	5.337	5
Safra Investimentos (ii)	3.053	1.948
Totais	**9.871**	**3.186**
Circulante	**1.481**	**1.233**
Não circulante	**8.390**	**1.953**

(i) O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander, em função do contrato de locação da Unidade Pinheiros.

(ii) O saldo está vinculado a conta de Provisão para riscos (Imunidade tributária).

5. ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Anuidades a receber	15.470	15.318
Cheques recebidos – mensalidades	-	48
Financiamento Estudantil – fies	721	610
Cartões de Crédito a Receber	624	602
Total	**16.815**	**16.578**
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(5.527)	(3.766)
Total	**11.288**	**12.812**
Circulante	**7.162**	**8.166**
Não circulante	**4.126**	**4.646**

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	984	948
De 31 a 60 dias	716	733
De 61 a 90 dias	617	737
De 91 a 120 dias	610	648
Acima de 120 dias	2.328	2.132
A vencer em:		
2020	-	6.205
2021	6.584	2.040
2022	2.116	1.809
2023	1.359	840
2024	774	227
2025	445	124
2026	133	116
2027	149	19
	16.815	**16.578**

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais:	**(3.766)**	**(2.929)**
Baixa da provisão- período de		
Relacionado a 2018 baixado em 2019 e Relacionado a 2019		
baixado em 2020 para incobráveis (i)	1.917	1.545
Baixa para perdas definitivas sobre cheques no exercício	-	10
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(3.678)	(2.392)
Saldos finais	**(5.527)**	**(3.766)**

(i) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados incobráveis, relacionados ao período de 2019 e 2018.

6. PRECATÓRIO A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Valor do crédito	-	1.825
Valor líquido de realização	**-**	**1.825**

Em 25 de setembro de 1998 a Fundação ingressou contra a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo um processo de Repetição de Indébito sob nº 0423149-69.1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5º VFP, referente à Restituição das Taxas de Limpeza e Conservação cobradas indevidamente.

No momento que foi reconhecido o ativo, devido à incerteza do recebimento do valor integral dos precatórios, a Fundação realizou uma provisão para desvalorização de 50% do valor a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

Em janeiro de 2019, com base no Edital publicado no Diário oficial Cidade de São Paulo pela Câmera de Conciliação de Precatórios, a FECAP aderiu ao acordo e teve decisão favorável. Em 30 de agosto de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo realizou o depósito na conta do Banco do Brasil no valor de R$ 1.794.956,13, sendo este valor corrigido até 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.825.482,84, deposito regularizado em 05/03/2020.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A) COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		31/12/2020			31/12/2019
	Taxa anual de depreciação %	Custo de Aquisição reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado:					
Terrenos	-	9.051	-	9.051	9.051
Edifícios	2	33.035	(11.169)	21.866	22.639
Equipamentos de segurança	5	351	(266)	85	95
Móveis e utensílios	6,66	2.664	(2.024)	640	746
Computadores	20	3.808	(3.236)	572	1.050
Central de ar-condicionado	6,66	1.496	(1.141)	355	418
Elevadores	2	471	(157)	314	327
Equipamentos fotográficos	10	177	(153)	24	28
Equipamentos de rádio e TV	6,66	69	(65)	4	2
Equipamentos de audiovisual	6,66	1.545	(1.007)	538	639
Máquinas e equipamentos	5	708	(371)	337	309
Móveis escolares	20	1.577	(1.465)	112	214
Biblioteca	10	2.007	(1.788)	219	268
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10	1.395	(1.394)	1	149
Outros		506	(262)	244	251
Totais		**58.860**	**(24.498)**	**34.362**	**36.186**
Direito de uso de Imóvel		6.966	(2.203)	4.763	6.250
Subtotal		**65.826**	**(26.701)**	**39.125**	**42.436**
Intangível					
Software	20	1.064	(565)	499	637
Direitos autorais		12	(1)	11	-
Subtotal		**1.076**	**(566)**	**510**	**637**
Total do Ativo Permanente		**66.902**	**(27.267)**	**39.635**	**43.073**

B) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Em 1º de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não registrou novas reavaliações.

Em 2020 e 2019, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente.

O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual	
	31/12/2020	31/12/2020
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	170	170
Móveis e utensílios	5	5
Instalações e equipamentos	31	52
Total da reserva de reavaliação remanescente	**2.194**	**2.215**

C) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A movimentação do custo do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	9.051	-	-	-	9.051	-	-	9.051
Edifícios	32.709	326	-	-	33.035	-	-	33.035
Equipamentos de segurança	345	10	-	-	355	-	(4)	351
Móveis e utensílios	2.680	20	(20)	-	2.681	2	(19)	2.664
Computadores	4.598	117	(1)	-	4.714	3	(909)	3.808
Central de ar-condicionado	1.454	60	-	-	1.514	-	(18)	1.496
Elevadores	430	-	-	41	471	-	-	471
Equipamentos fotográficos	170	7	-	-	177	-	-	177
Equipamentos de rádio e TV	67	1	(1)	-	67	2	-	69
Equipamentos de audiovisual	1.530	18	(2)	-	1.545	-	-	1.545
Máquinas e equipamentos	634	17	-	-	651	59	(2)	708
Móveis escolares	1.572	6	-	-	1.577	-	-	1.577
Biblioteca	1.952	49	-	-	2.001	6	-	2.007
Benfeitoria em propriedades de terceiros	1.395	-	-	-	1.395	-	-	1.395
Outros	479	6	-	-	485	21	-	506
Direito de Uso de Imóvel	7.291	-	-		7.291		(326)	6.966
Imobilizado em andamento	680	-	-	(680)	-	-	-	-
Total	**67.038**	**636**	**(24)**	**(639)**	**67.011**	**93**	**(1.278)**	**65.825**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Software e utilitários	1.098	58	-	639	1.795	-	(731)	1.064
Direitos Autorais	-	-	-	-	-	12	-	12
Amortização acumulada	(1.077)	(85)	-		(1.158)	(135)	727	(566)
Total	**25**	**(27)**	**-**	**639**	**637**	**(123)**	**(4)**	**510**

8. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2020	31/12/2019
INSS a recolher (i)	445	808
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS a recolher	342	256
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	569	611
Outros (ii)	56	60
Total	**1.412**	**1.735**

(i) Em 2020 foi realizado um recolhimento antecipado de R$ 275 pelo FIES.

(ii) Refere-se a Contribuições Sindicatos, CSLL (retenções PJ) e Pis sobre a folha de pagamento.

9. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável.

a) Movimentação das provisões

A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	31/12/2018	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2019
Fiscais	**770**	-	42	-	(253)	**559**
Cíveis	**38**	-	1	-	-	**39**
Trabalhistas	**337**	498	-	(94)	(36)	**705**
Honorários advocatícios	**778**	55	13	(196)	(105)	**545**
Subtotal	**1.923**	**553**	**56**	**(290)**	**(394)**	**1.848**
Imunidade Tributária (i)	**-**	**1.941**	**12**	**-**	**-**	**1.953**
(-) Depósitos judiciais (ii)	**(808)**	**-**	**(43)**	**-**	**253**	**(598)**
Totais	**1.115**	**2.494**	**25**	**(290)**	**(141)**	**3.203**

	31/12/2019	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2020
Fiscais	**559**	-	7	-	-	**566**
Cíveis	**39**	-	1	-	-	**40**
Trabalhistas	**705**	269	-	(719)	(7)	**248**
Honorários advocatícios	**545**	523	-	(368)	(179)	**521**
Subtotal	**1.848**	**792**	**8**	**(1.087)**	**(186)**	**1.375**
Imunidade Tributária (i)	**1.953**	**6.280**	**157**	**-**	**-**	**8.390**
(-) Depósitos judiciais (ii)	**(598)**	**-**	**(7)**	**-**	**-**	**(605)**
Totais	**3.203**	**7.072**	**158**	**(1.087)**	**(186)**	**9.160**

(i) valores relacionados a contingência tributária, conforme descrito na nota 9.b.

(ii) em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis e fiscais.

b) Imunidade tributária
A Fundação, por se tratar de uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

Em razão da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 5017045-76.2019.4.03.6100, de 23/09/2019, a FECAP deixou de recolher a partir da base de cálculo de setembro de 2019 a contribuição ao INSS – parte patronal – e a contribuição ao PIS, ambos incidentes sobre sua folha de salários. Os valores de tais contribuições estão sendo depositados em aplicações financeiras específicas para contingência.

c) Outras informações:
Nas datas de encerramento dos exercícios, os assuntos mais relevantes são os seguintes:

(i) Imposto de Renda Retido na Fonte
Visando à manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve sentença de segunda instância favorável à não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras, contra a qual a Fazenda Nacional opôs recurso para o Supremo Tribunal Federal - STF. De acordo com os consultores jurídicos da Fundação, a probabilidade de perda nesse processo é remota e, consequentemente, a Administração não constituiu provisão relativa a esse assunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

(ii) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU
A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o Reconhecimento da Imunidade Tributária de IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 1º de junho de 2011, além de ter regularizado a situação das Execuções Fiscais pertinentes ao IPTU indevidamente movidas pela PMSP.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Processo nº 2014-0.047.351-5, concedeu, em 18 de agosto de 2014, o Título de Utilidade Pública Municipal com validade até 17 de agosto de 2017; Em 30 de maio de 2015, foi publicado o Decreto Municipal nº 56.141/2015 e, em 17 de junho de 2015, foi publicada a Instrução Normativa SF/SUREM nº 7, de 16 de junho de 2015, que alteraram o procedimento relativo ao reconhecimento da Imunidade do ISSQN, do IPTU e do ITBI, deixando os referidos processos de tramitarem em meio físico e passando para o meio digital.

A FECAP encaminhou o reconhecimento de sua condição de entidade imune, em meio digital, no exercício de 2019, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é composto por:

a) Patrimônio social
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2019, corresponde ao valor de R$ 45.771.

b) Reserva de reavaliação
O saldo refere-se a reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota explicativa 7.

A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

11. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com:		
Pessoal administrativo e docente (inclui os encargos sociais)	(43.846)	(48.907)
Serviços prestados por terceiros	(3.007)	(4.131)
Manutenção e conservação	(802)	(1.681)
Serviços e materiais de informática	(1.348)	(1.198)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	(1.200)	(2.042)
Periódicos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	(60)	(91)
Aluguéis	(53)	(98)
Arrendamento Pinheiros – depreciação	(1.161)	(1.042)
Arrendamento Pinheiros – juros	(550)	(580)
Brindes	(41)	(97)
Condução, fretes e carretos	(40)	(105)
Conferências e congressos	(70)	(94)
Contribuições a entidades de classe	(226)	(285)
Contribuições e doações	(20)	(24)
Eventos e festividades	(89)	(421)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(12)	(46)
Estacionamento	-	(48)
Locação de equipamentos de impressão	(193)	(339)
Material de escritório	(61)	(162)
Revistas técnicas	(100)	(59)
Treinamento de pessoal	(17)	(74)
Viagens e estadas	(17)	(280)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(3.678)	(2.393)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(61)	(251)
Impostos e taxas	(520)	(134)
Multas	(8)	(196)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.198)	(752)
Segurança e vigilância	(971)	(1.006)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(10)	(5)
Propaganda e publicidade	(773)	(1.197)
Depreciação e amortização	(2.046)	(2.073)
Receita de Locações	1.302	1.454
Outras receitas não operacionais	28	608
	(60.848)	**(67.749)**
Classificadas como:		
Custos - das atividades de ensino - FECAP	(48.746)	(53.258)
Gerais e administrativas	(10.613)	(13.283)
Propaganda e publicidade	(773)	(1.197)
Depreciação e amortização	(2.046)	(2.073)
Receita de Locações	1.302	1.454
Outras receitas não operacionais (i)	28	608
	(60.848)	**(67.749)**

(i) O referido saldo inclui o montante de R$ 12 (R$ 12 em 2019 relacionado a prestação de serviços de conselheiros sem remuneração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

12. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas:		
Rendimentos de aplicações financeiras	383	392
Outras receitas	160	156
	543	**548**
Despesas:		
Despesas bancárias	(290)	(299)
Encargos PDD FIES	(180)	(178)
	(470)	**(477)**

13. DIREITO DE USO DE IMÓVEL

Em 1 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) "Arrendamentos" (IFRS 16 – Leases) foi aplicado usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo na data da adoção inicial foi reconhecido no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 sem reapresentar as demonstrações financeiras de forma retrospectiva. O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" e exige que o arrendatário reconheça ativos e passivos para a maioria dos arrendamentos em seu balanço patrimonial, bem como as despesas de depreciação e juros correspondentes.

A Fundação possui um contrato referente à locação do "Campus Pinheiros". O compromisso futuro para pagamento desse espaço a partir de 31 de dezembro de 2019 corresponde a R$ 8.884, sujeitos à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O vencimento do contrato era até 31 de dezembro de 2020 e alterado conforme Quinto aditivo (data de assinatura 20 de dezembro de 2018) para 31 de dezembro de 2025. As despesas incorridas em 2020 com esse contrato foram de R$ 1.411, (R$ 1.380, em 2019).

Abaixo apresentamos a composição das Despesas do arrendamento com impacto nas demonstrações contábeis da Instituição:

Valor de locação 2019 - valor contratual	1.380
Valor de locação 2020 - valor contratual	1.411
Depreciação 2019	(1.042)
Depreciação 2020	(1.161)
Juros de arrendamento 2019	(580)
Juros de arrendamento 2020	(550)
valor para ajuste 2025	**542**

14. BOLSAS DE ESTUDOS E DEVOLUÇÕES DE MENSALIDADES

A Fundação por ser uma entidade sem finalidade de lucro, tendo como objetivo proporcionar e divulgar no país o ensino comercial, realiza também atividades de filantropia, por meio de bolsas de estudo. Os percentuais de bolsa filantrópica em relação ao total de alunos matriculados têm aumentado significativamente, o que resultou no aumento desta despesa.

15. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

a) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fundação não remunera seus membros do Conselho.

A Fundação não possui qualquer outra transação com partes relacionadas.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos (passivos) financeiros classificados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.534	2.748
Aplicações financeiras	9.871	3.186
Anuidades a receber	11.288	12.812
Precatórios a receber	-	1.825
Depósitos judiciais	605	598
Fornecedores	(429)	(320)
Outras contas a pagar	63	273

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

b) Derivativos
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Reclassificação de instrumentos financeiros
A fundação reclassificou parte dos valores de aplicações financeiras do exercício de 2019, considerando o valor de R$ 1.953 como Ativo não Circulante;

Tal iniciativa decorre do valor do Passivo – Contingências de Imunidade, consequentemente alterou os valores do Ativo: Caixa e Equivalentes de Caixa e Fluxo de caixa em 2019.

16.2 GESTÃO DE RISCOS

a) Risco de crédito
O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação.

A Fundação mantém conta correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

b) Gestão de risco de mercado
Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes no curso de graduação a cada semestre e na concorrência que cresce anualmente.

Para a permanente captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores em milhares de reais - R$)

ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos.

c) Gestão do risco de liquidez
A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

17. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição em 2020:

	Locais:
	1, 2 e 3
Incêndio, queda de raio, explosão e tumultos	82.100
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos	
Terrestres e aéreos.	2.000
eventos)*	8.000
Responsabilidade civil (Danos morais, auditório)	1.600
Equipamentos estacionários	400
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	1.000
Danos elétricos	700
Lucros cessantes	10.287
Anúncios e/ou letreiros	100
Quebra de vidros	100

(a) Local 1 - prédio localizado na Avenida Liberdade, 532 - blocos A, B, C, D e E;

(b) Local 2 - prédio localizado no Largo de São Francisco, nº19;

(c) Local 3 - prédio localizado na Rua Artur de Azevedo, nº 1.633.

- A apólice de seguro contratada (CHUBB SEGURO BRASIL S.A) possui vigência para o período de 23 de março de 2020 a 23 de março de 2021.
- A apólice de responsabilidade civil contratada (SOMPO SEGUROS S.A) possui vigência para o período de 26 de agosto de 2020 a 26 de agosto de 2021.

18. IMPACTOS COVID-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus causou a paralização de vários setores produtivos, comerciais e de serviços, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial; A Instituição entende não haver riscos na continuidade de sua operação, uma vez que manteve suas atividades, se adaptando às necessidades envolvendo as regras contra a disseminação do vírus. Diante da situação, a Administração da Instituição adotou todas as recomendações de saúde dos órgãos competentes e algumas ações para minimizar os efeitos. Entre elas:

- Comunicação de prevenção e ampliação da disponibilidade de dispensadores de álcool gel nas unidades;
- Criação do Comitê COVID-19 em março de 2020;
- Suspensão das atividades presenciais na tarde de 13/03/2020, situação ainda recorrente até a emissão destas demonstrações financeiras;
- Migração das aulas e demais serviços para atuação remota;
- Funcionários administrativos / apoio: atuação remota;
- Aquisição de tecnologia e capacitação de professores de demais funcionários;
- Manutenção dos empregos, contratos honrados, além do trabalho remoto, fizemos uso de mecanismos como banco de horas e antecipação de feriados, permitidos em lei;
- Distribuição de máscaras para os colaboradores;
- Oferta de cursos de curta duração online gratuitos;
- Preparação para o retorno (instalações e protocolos);
- Comunicação frequente e transparente com a comunidade;
- Contato ativo com estudantes nas plataformas digitais (FECAP+).

Edison Simoni da Silva
Superintendente Geral
CPF 257.970.668-23

Taiguara de Freitas Langrafe
Superintendente Adjunto
CPF 276.518.258-29

Valdir Alexandre de Oliveira
T.C. - CRC-SP 168.615/O-0
CPF 021.604.438-32

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e conselheiros
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação")

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação). em 31 de dezembro de 2020 que compreendem o balanço patrimonial demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação de opinião em 05 de março de 2020.

Demonstrações do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da FECAP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da FECAP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FECAP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FECAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FECAP.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FECAP a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2021

IRKO Auditores Independentes

CRC 2SP020649/O-2

Marco Antonio Papini

Contador CRC 1SP180759/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, em teleconferência realizada por meio da plataforma Zoom, no dia 9 de março de 2021, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial; as Demonstrações do Déficit; as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa; as Demonstrações do Valor Adicionado; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da IRKO Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 5 de março de 2021, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelo Conselho de Curadores.

Tendo em vista a performance observada no exercício de 2020 face às condições adversas, os Conselheiros emitiram voto de congratulações à atual Administração.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 9 de março de 2021.

Dr. Eduardo Augusto Rocha Pocetti **Dr. Sérgio Prado de Mello** **Dr. Walter Arnaldo Andreoli**

FECAP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71